



**XLVI
AUDIÊNCIA
PÚBLICA**

**FÓRUM MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO**

- CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;
- CONSIDERANDO as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;
- CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;
- CONSIDERANDO que o grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19 compreende idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;
- CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio da COVID-19;
- CONSIDERANDO vários casos confirmados no Estado do Rio de Janeiro;
- CONSIDERANDO a existência de casos confirmados no Município;

- Este Município por meio desta publicação sintetiza e expõe de forma mais suscinta os resultados da execução orçamentária e as metas fiscais através da extração das informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal do 2 bimestre e I quadrimestre, respectivamente.

- Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras até o 1º Quadrimestre de 2020, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência ao cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

- A XLV Audiência Pública, realizado em 29 de maio de 2020, tratará da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2020.

- Como fontes de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, relativo ao 2º bimestre de 2020 e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2020, publicado no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras – Ano XVII, Edição nº 1182 – de 29 de maio de 2020, e os dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção

Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo VIII - Demonstrativo da Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo XII – Demonstrativo de Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde

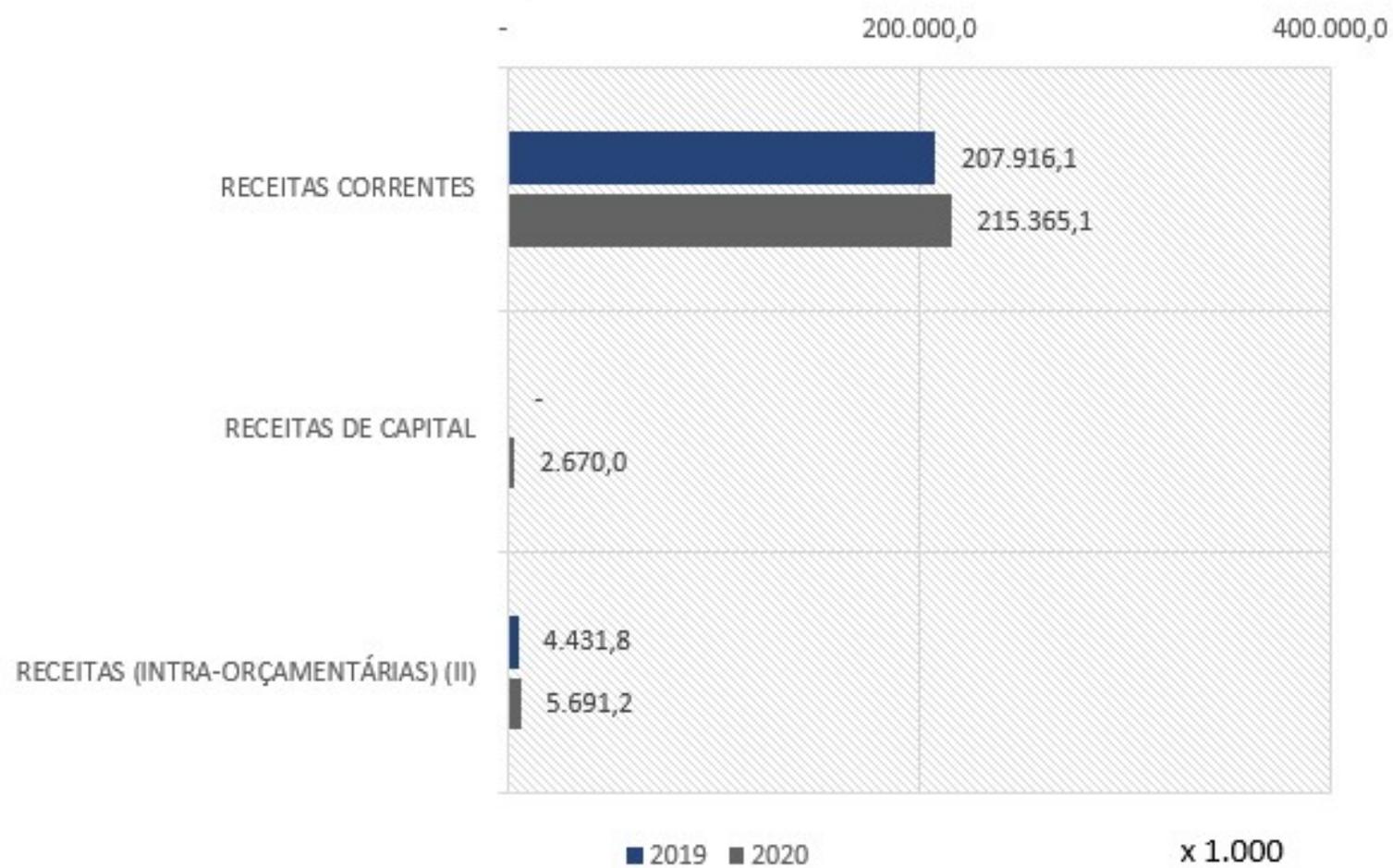
Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

| ARRECADAÇÃO | | % |
|--|-----------------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | 215.365.135,70 | 96,3% |
| <i>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</i> | <i>59.812.266,80</i> | <i>26,7%</i> |
| Impostos | 53.848.521,60 | 24,1% |
| Taxas | 5.963.745,20 | 2,7% |
| <i>CONTRIBUIÇÕES</i> | <i>12.383.383,60</i> | <i>5,5%</i> |
| Contribuições Sociais | 4.391.002,50 | 2,0% |
| Contrib. para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública | 7.992.381,10 | 3,6% |
| <i>RECEITA PATRIMONIAL</i> | <i>4.578.615,90</i> | <i>2,0%</i> |
| <i>RECEITA DE SERVIÇOS</i> | <i>1.338.404,20</i> | <i>0,6%</i> |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 1.300.457,90 | 0,6% |
| Outros Serviços | 37.946,30 | 0,0% |
| <i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i> | <i>136.173.401,60</i> | <i>60,9%</i> |
| Transferências da União e de suas Entidades | 73.636.758,50 | 32,9% |
| Transf. dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades | 32.114.491,90 | 14,4% |
| Transf. de Outras Instituições Públicas | 30.422.151,30 | 13,6% |
| <i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i> | <i>1.079.063,60</i> | <i>0,5%</i> |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 287.417,70 | 0,1% |
| Demais Receitas Correntes | 791.645,90 | 0,4% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.669.950,30 | 1,2% |
| <i>ALIENAÇÃO DE BENS</i> | <i>717,20</i> | <i>0,0%</i> |
| <i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i> | <i>2.669.233,10</i> | <i>1,2%</i> |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 5.691.218,00 | 2,5% |
| TOTAL ARRECADADO | 223.726.304,10 | 100,0% |

Podemos observar uma leve recuperação em 5,36% a mais da arrecadação do mesmo período do ano anterior como pode ser observado no gráfico a seguir.

Comparativo 2019 x 2020



ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

| | EXECUÇÃO | | % |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | Empenhado | Liquidado | |
| DESPESAS CORRENTES | 229.241.030,90 | 155.624.780,20 | 92,9% |
| <i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i> | <i>115.795.912,80</i> | <i>107.537.965,40</i> | <i>64,2%</i> |
| <i>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</i> | - | - | 0,0% |
| <i>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</i> | <i>113.445.118,10</i> | <i>48.086.814,80</i> | <i>28,7%</i> |
| DESPESAS DE CAPITAL | 16.322.157,40 | 6.338.511,30 | 3,8% |
| <i>INVESTIMENTOS</i> | <i>15.589.063,30</i> | <i>6.096.806,90</i> | <i>3,6%</i> |
| <i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i> | - | - | 0,0% |
| <i>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</i> | <i>733.094,00</i> | <i>241.704,50</i> | <i>0,1%</i> |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | 0,0% |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 6.142.546,40 | 5.605.017,30 | 3,3% |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX) | 251.705.734,70 | 167.568.308,80 | 100,0% |

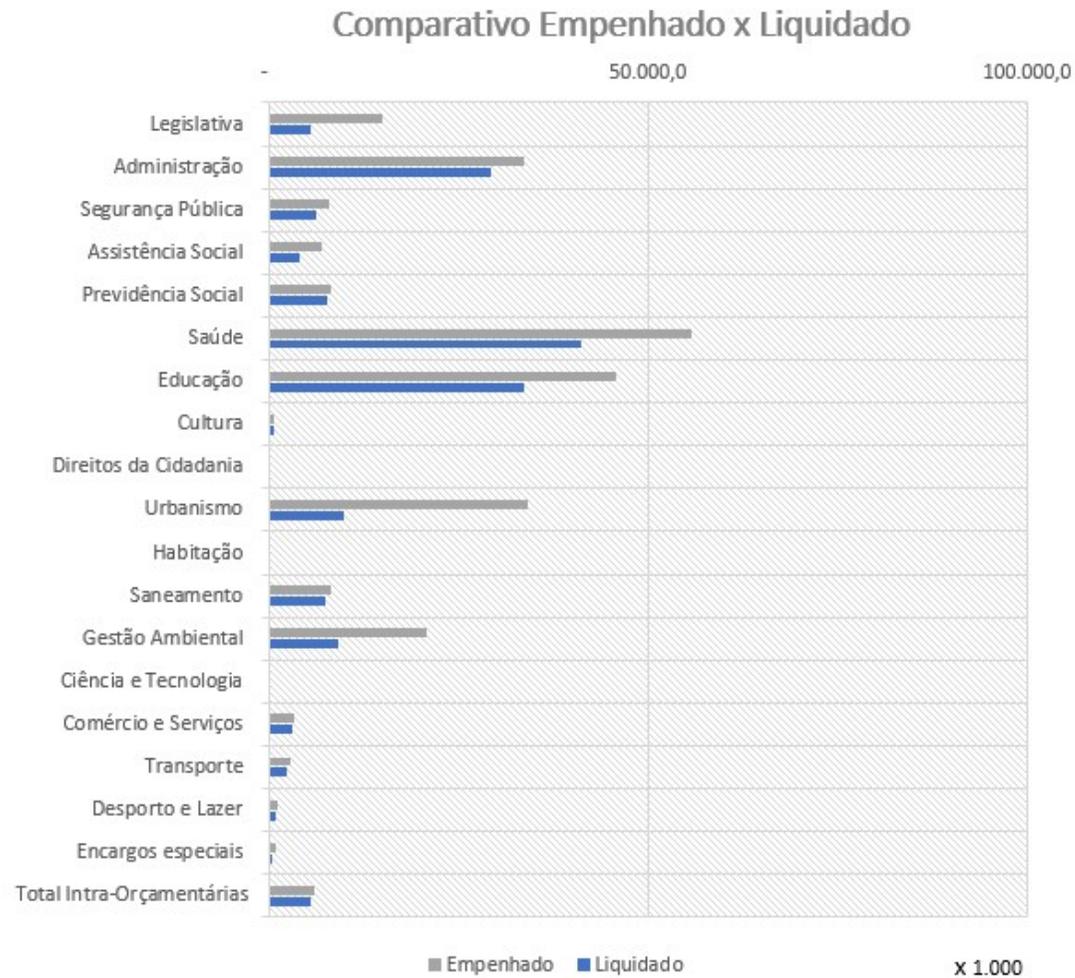
- O valor empenhado em 2020, superior a 2019 em R\$ 4.880.099,10 e liquidado superior em R\$ 12.710.742,60.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

| | EXECUÇÃO | | % | | EXECUÇÃO | | % |
|------------------------------|---------------|---------------|-------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | Empenhado | Liquidado | | | Empenhado | Liquidado | |
| <i>Legislativa</i> | 15.074.389,90 | 5.429.608,40 | 3,2% | <i>Comércio e Serviços</i> | 3.405.484,00 | 3.073.870,40 | 1,8% |
| <i>Administração</i> | 33.679.790,10 | 29.337.443,40 | 17,5% | <i>Transporte</i> | 2.775.001,30 | 2.340.385,90 | 1,4% |
| <i>Segurança Pública</i> | 7.900.094,70 | 6.364.438,90 | 3,8% | <i>Desporto e Lazer</i> | 1.071.261,20 | 882.263,80 | 0,5% |
| <i>Assistência Social</i> | 7.015.550,70 | 4.191.575,30 | 2,5% | <i>Encargos especiais</i> | 948.523,80 | 457.134,30 | 0,3% |
| <i>Previdência Social</i> | 8.256.366,40 | 7.714.190,70 | 4,6% | Total Orçamentárias | 245.563.188,20 | 161.963.291,50 | 96,7% |
| <i>Saúde</i> | 55.777.831,60 | 41.147.204,10 | 24,6% | <i>Legislativa</i> | 500.000,00 | 160.141,50 | 0,1% |
| <i>Educação</i> | 45.792.272,40 | 33.766.576,20 | 20,2% | <i>Administração</i> | 2.516.648,90 | 2.330.815,30 | 1,4% |
| <i>Cultura</i> | 695.057,80 | 606.960,70 | 0,4% | <i>Assistência Social</i> | 114.219,20 | 114.219,20 | 0,1% |
| <i>Direitos da Cidadania</i> | 64.545,10 | 8.000,00 | 0,0% | <i>Previdência Social</i> | 25.248,20 | 25.248,20 | 0,0% |
| <i>Urbanismo</i> | 34.167.745,30 | 9.901.752,60 | 5,9% | <i>Saúde</i> | 1.721.397,50 | 1.721.397,50 | 1,0% |
| <i>Habitação</i> | - | - | 0,0% | <i>Educação</i> | 1.214.039,00 | 1.214.039,00 | 0,7% |
| <i>Saneamento</i> | 8.203.708,20 | 7.506.628,90 | 4,5% | <i>Cultura</i> | 25.285,90 | 13.448,70 | 0,0% |
| <i>Gestão Ambiental</i> | 20.715.565,70 | 9.235.257,90 | 5,5% | <i>Saneamento</i> | 25.707,70 | 25.707,70 | 0,0% |
| <i>Ciência e Tecnologia</i> | 20.000,00 | - | 0,0% | Total Intra-Orçamentárias ✦ | 6.142.546,40 | 5.605.017,10 | 3,3% |
| | | | | TOTAL | 251.705.734,60 | 167.568.308,60 | 100,0% |

✦ Corresponde a despesas com Obrigações Patronais, para o pagamento ao Regime Próprio de Previdência do Município de Rio das Ostras.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO



ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

■ **RCL**

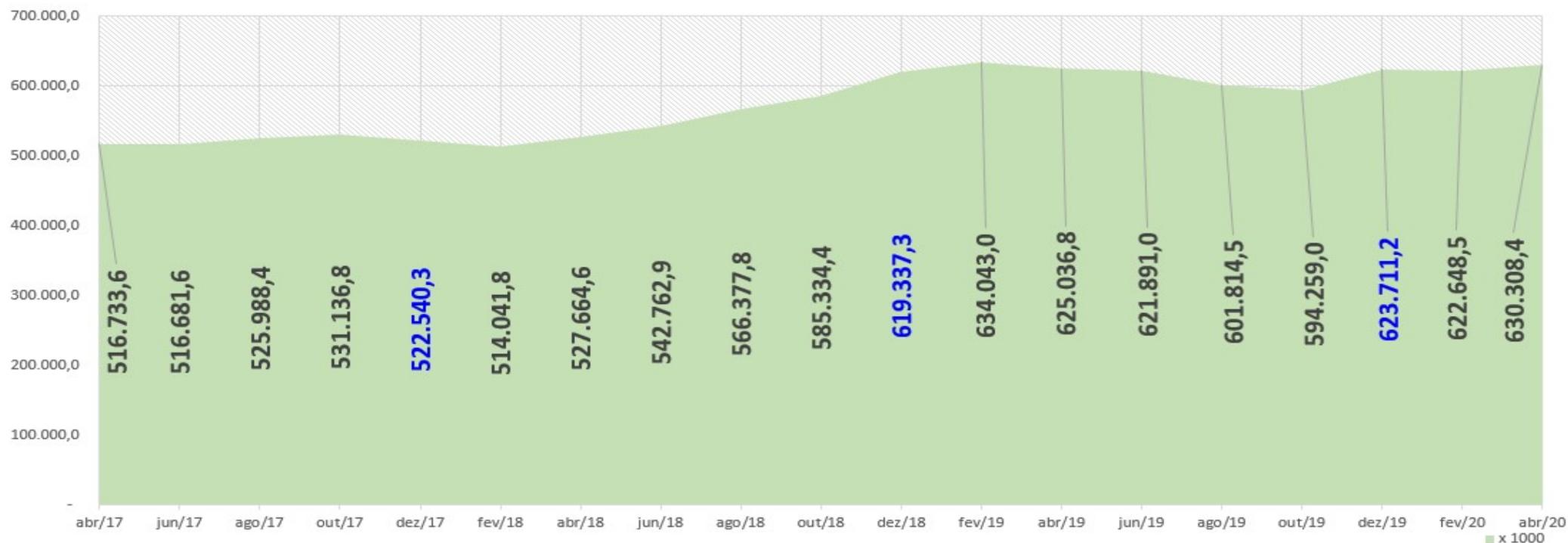
A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

■ **Deduções**

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida



- Ligeiro crescimento de 1,23% em relação ao apurado no bimestre passado, sendo que com a redução do barril do petróleo, somado a redução dos investimentos no setor, indicando uma forte redução da Receita Corrente Líquida para as próximas apurações bimestrais.

ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Os dados do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

As receitas e as despesas são administradas pelo Rio das Ostras Previdência – OSTRAPREV.

| EXECUÇÃO | |
|---|-------------------------|
| | 2020 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | 15.980.940,5 |
| <i>Receitas de Contribuições dos Segurados</i> | <i>3.391.002,60</i> |
| <i>Receitas de Contribuições Patronais</i> | <i>4.415.996,9</i> |
| <i>Receita Patrimonial</i> | <i>8.172.564,4</i> |
| <i>Outras Receitas Correntes</i> | <i>44.555,4</i> |
| <i>(-) Aportes Per. p/ Amort. do Déf. At. do RPPS</i> | <i>43.178,8</i> |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | 5.986.841,4 |
| Benefícios - Civil | 5.986.841,4 |
| <i>Aposentadorias</i> | <i>3.776.011,7</i> |
| <i>Pensões</i> | <i>1.018.528,7</i> |
| <i>Outros Benefícios Previdenciários</i> | <i>1.192.301,0</i> |
| Benefícios - Militar | - |
| Outras Despesas Previdenciárias | - |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS | 9.994.099,1 |
| TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS | 505.654.917,0 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - 2018 a 2093 * | -2.582.259.332,4 |

* Informação Constante do Anexo 10 em 31/12/2019

ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. Ela é então classificada como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido contratada, mas sem ter sido executada efetivamente.

| | RP Processados | RP não Processados |
|--|---------------------|----------------------|
| PREFEITURA RIO DAS OSTRAS | 3.421.912,30 | 19.142.587,90 |
| INSTITUTO PREVIDÊNCIA RIO DAS OSTRAS | 5.836,90 | 123.197,00 |
| FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA | 9.850,60 | 361.099,10 |
| FUNDO MUN SAÚDE RIO DAS OSTRAS | 772.977,50 | 5.285.953,80 |
| FUNDO MUN ASSIST SOCIAL RIO DAS OSTRAS | 167.941,10 | 545.601,90 |
| FUNDO M. HAB. INT. SOCIAL RIO DAS OSTRAS | - | 95.389,80 |
| FUNDO MUN MEIO AMBIENTE RIO DAS OSTRAS | - | 5.000,00 |
| FUNDO M. INFÂNCIA E ADOL. RIO DAS OSTRAS | - | - |
| SERVIÇO AUT ÁGUA E ESGOTO RIO DAS OSTRAS | - | 448.714,70 |
| FUNDO MUN PROT DEF CONSUM RIO DAS OSTRAS | - | 25.576,90 |
| FUNDO MUN CULTURA DE RIO DAS OSTRAS | - | 320,70 |
| TOTAL | 4.378.518,40 | 26.033.441,80 |

Os Valores aqui apresentados são os saldos a pagar e pendentes de processamento.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

A Constituição Federal estabelece que o Município deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o valor equivalente ao limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal (25%). Tal verificação se faz necessária em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

| RECEITA | R\$ | DESPESA | R\$ |
|--|------------------|---|-----------------|
| 1 - Impostos | 53.848,5 | Função 12 - EDUCAÇÃO | 32.831,1 |
| IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 17.819,1 | 12.361 Ensino Fundamental | 24.523,0 |
| ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 2.900,8 | 12.362 Ensino Médio | 134,6 |
| ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 24.781,4 | 12.365 Educação Infantil | 8.173,5 |
| IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 8.347,3 | TOTAL DESPESA COM EDUCAÇÃO PARA LIMITE | 32.696,5 |
| 2 - Transferências Constitucionais Legais | 56.144,8 | <i>Despesas custeadas com recursos do exercício de 2018</i> | 1.612,0 |
| Cota-Parte FPM - (100%) | 22.270,9 | <i>Cancelamento de Restos a Pagar recursos Impostos vinculado ao Ensino</i> | 24,6 |
| Cota-Parte ICMS - (100%) | 23.359,1 | (-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 19.201,8 |
| Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%) | - | TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL | 11.858,1 |
| Cota-Parte IPI - (100%) | 558,7 | MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA MDE | 10,78% |
| Cota-Parte ITR | 0,7 | | |
| Cota-Parte IPVA | 9.955,3 | | |
| Transferência do FUNDEB | 30.422,2 | | |
| Rendimento Aplicação Financeira FUNDEB | 25,8 | | |
| BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO | 109.993,3 | | |
| (-) Dedução para Formação do FUNDEB | 11.220,4 | | |

X 1.000

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 10,78% da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo em constitucional em educação. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente deve ser alcançado na apuração anual.

ANEXO XII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

| RECEITA | R\$ | DESPESA | R\$ |
|---|------------------|---|-----------------|
| 1 - Impostos | 53.848,5 | ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 4.740,2 |
| IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 17.819,1 | ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 20.405,3 |
| ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 2.900,8 | SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | - |
| ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 24.781,4 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | - |
| IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa) | 8.347,3 | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 2.164,6 |
| 2 - Transferências Constitucionais Legais | 56.144,8 | ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | - |
| Cota-Parte FPM - (100%) CF. 159 "I" "b" | 22.270,9 | OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | 7.264,3 |
| Cota-Parte ICMS - (100%) | 23.359,1 | TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL | 34.574,4 |
| Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%) | - | MÍNIMO DE 15% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA ASP | 31,43% |
| Cota-Parte IPI - (100%) | 558,7 | | |
| Cota-Parte ITR | 0,7 | | |
| Cota-Parte IPVA | 9.955,3 | | |
| BASE DE CÁLCULO SAÚDE | 109.993,3 | | |

X 1.000

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 31,43% da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo em constitucional em saúde. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente deve ser alcançado na apuração anual.

ANEXO XIII – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

| | R\$ x1.000 |
|--|------------------|
| TOTAL DE ATIVOS | - |
| TOTAL DE PASSIVOS (I) | 129.868,8 |
| Obrigações Não Relacionadas a Serviços | 129.868,8 |
| SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II) | 129.868,8 |

| Despesas com PPP | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 001/2007. | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS | 27.144.286,60 | 28.335.920,20 | 29.579.867,10 | 30.873.423,20 | 32.233.986,00 |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA (RCL) | 630.308.434,90 | 633.833.670,30 | 637.378.621,90 | 640.943.400,00 | 644.528.115,40 |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) | 4,30 | 4,50 | 4,60 | 4,80 | 5,00 |

RRGF – RELATÓRIO GESTÃO FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada

Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

| EXECUÇÃO | |
|--|-----------------------|
| | Empenhado |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 348.233.341,63 |
| <i>Pessoal Ativo</i> | <i>330.171.323,55</i> |
| <i>Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis</i> | <i>301.474.176,86</i> |
| <i>Obrigações Patronais</i> | <i>25.543.482,43</i> |
| <i>Benefícios Previdenciários</i> | <i>3.153.664,26</i> |
| <i>Pessoal Inativo e Pensionista</i> | <i>18.062.018,08</i> |
| <i>Aposentadorias, Reservas e Reformas</i> | <i>14.613.285,36</i> |
| <i>Pensões</i> | <i>3.448.732,72</i> |
| <i>Outros Benefícios Previdenciários</i> | <i>-</i> |
| <i>Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18 §1º LRF)</i> | <i>-</i> |
| Despesas não Computadas (art. 19 § 1º da LRF) (II) | 25.689.479,35 |
| <i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i> | <i>3.872.644,54</i> |
| <i>Decorrentes de Decisão Judicial</i> | <i>-</i> |
| <i>Despesas de Exercícios Anteriores</i> | <i>621.779,56</i> |
| <i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i> | <i>21.195.055,25</i> |
| Total da Despesa com Pessoal Para fins de Limite | 322.543.862,28 |

| | | |
|---|-----------------------|---------------|
| <i>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</i> | <i>630.308.434,94</i> | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP | 322.543.862,28 | 51,17% |
| <i>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</i> | <i>340.366.554,87</i> | <i>54,00%</i> |
| <i>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0.95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</i> | <i>323.348.227,12</i> | <i>51,30%</i> |
| <i>LIMITE DE ALERTA (X) = (0.90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</i> | <i>306.329.899,38</i> | <i>48,60%</i> |

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo alcançou o percentual de 51,17% da Receita corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses, nos termos Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Estando nesse contexto dentro do Limite de Alerta conforme art. 59, § 1º, Inciso II da LRF.

ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

| | 2018 | 1º Quad 2019 | 2º Quad 2019 | 3º Quad 2019 |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|--------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 139.245.322,70 | 138.901.748,50 | - | - |
| <i>Dívida Contratual</i> | <i>139.245.322,70</i> | <i>138.901.748,50</i> | - | - |
| <i>Financiamentos</i> | <i>129.868.824,20</i> | <i>129.868.824,20</i> | - | - |
| <i>Internos 1</i> | <i>129.868.824,20</i> | <i>129.868.824,20</i> | - | - |
| <i>Parcelamento e Renegociação de dívidas</i> | <i>9.376.498,50</i> | <i>9.032.924,30</i> | - | - |
| <i>De Contribuições Previdenciárias</i> | <i>9.376.498,50</i> | <i>9.032.924,30</i> | - | - |
| DEDUÇÕES(II)¹ | 178.408.212,30 | 193.002.881,90 | - | - |
| <i>Disponibilidade de Caixa Bruto</i> | <i>185.003.780,50</i> | <i>197.099.722,60</i> | - | - |
| <i>(-) Restos a Pagar Processados</i> | <i>6.595.568,20</i> | <i>4.096.840,70</i> | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II) | -39.162.889,60 | -54.101.133,40 | - | - |

O presente quadro traz informações pertinentes ao endividamento, porém, na composição do anexo segundo a legislação não são computados compromissos assumidos no exercício (empenhados) e não liquidados conforme anexo I que totalizam R\$ 84.137.425,90, obrigações do exercício liquidadas e não pagas que totalizam R\$ 496.904,42 e compromissos assumidos em exercícios anteriores e não liquidados (Restos a Pagar **não** Processados) que totalizam R\$ 25.232.647,61.

Nesse contexto o anexo não contempla um montante de valores comprometidos, de curto prazo de pagamento no valor de **R\$ 100.520.591,26**.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| AOS ESTADOS (I) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em operações de Crédito Externas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em operações de Crédito Externas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS(III) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em operações de Crédito Externas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)=(I+II+III+IV) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 623.825.978,1 | 630.308.434,9 | 0,0 | 0,0 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 % | 0,00 % | 0,00 % | 0,00 % |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 22,00 % | 22,00 % | 22,00 % | 22,00 % |
| LIMITE DE ALERTA | 19,80 % | 19,80 % | 19,80 % | 19,80 % |

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DOS ESTADOS (VII) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI)=(VII+VIII+IX+X) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE RCL |
|---|----------------|-------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 630.308.434,94 | -- |
| OPERAÇÕES VEDADAS (V) | -- | -- |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIb) | 0,00 | 0,00 % |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (Inciso I do artigo 7º da Resolução SF nº 43/2001) | 100.849.349,59 | 16 % |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF) - <%> | 90.764.414,63 | 14,4 % |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL | 0,00 | 0,00 % |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA | 0,00 | 0 % |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Anexo I – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública

Anexo II - Efluentes e Resíduos Sólidos

Anexo III - Royalties

ANEXO I – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

A CIP é cobrada para fazer face ao custeio do serviço público de iluminação, incluindo a instalação, consumo de energia, manutenção, melhoramento, operação, fiscalização e demais atividades vinculadas ao sistema de iluminação das vias e dos logradouros públicos existentes no território do Município.

| CIP | |
|---------------------------|----------------------|
| Valor Arrecadado | 9.662.579,90 |
| Despesa Empenhada | 17.966.039,86 |
| Energia Elétrica | 14.200.000,00 |
| Extensão de Rede Elétrica | 1.766.039,86 |
| Manutenção Iluminação | 2.000.000,00 |

ANEXO II – EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS

As taxas de efluentes e resíduos sólidos são cobradas mediante a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. É receita não vinculada, e não detém fonte de recurso específico que a direcione as despesas específicas.

| Efluentes e Resíduos Sólidos | |
|---------------------------------------|---------------|
| Valor Arrecadado | - |
| Taxas de Efluentes e Resíduos Sólidos | 3.255.888,34 |
| Despesa Empenhada | - |
| Gestão de Resíduos Sólidos | 10.110.541,46 |

A arrecadação com Taxa de Efluentes e Resíduos Sólidos corresponde a aproximadamente 32,2% da despesa com a Atividade Governamental de Gestão de Resíduos Sólidos, no contexto anual essa relação é representada por um percentual de 32,9% em 2019.

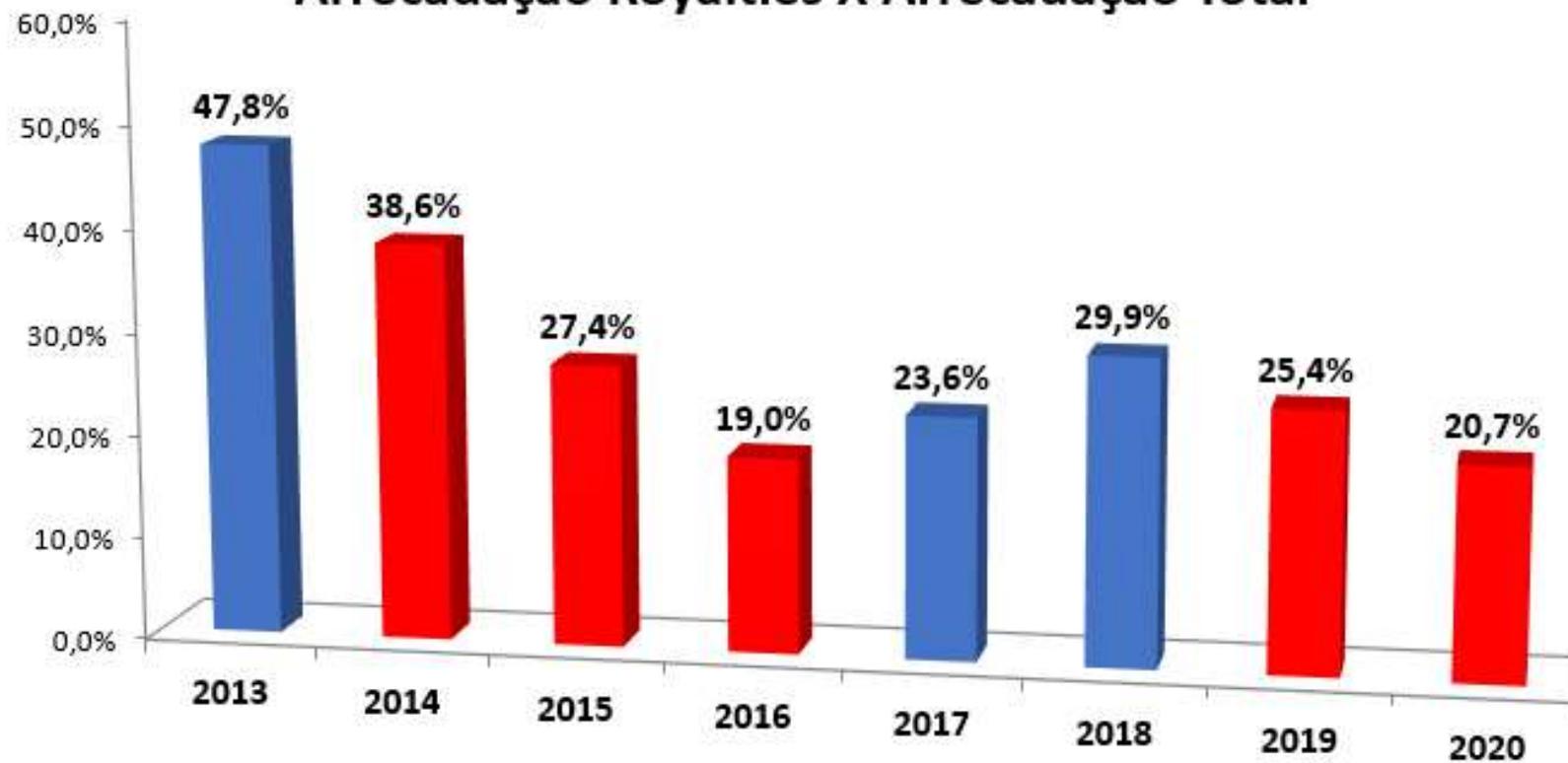
Pela análise do comportamento das transferências dos recursos *royalties* e participação especial dos últimos oito anos, ficou demonstrado no 1º Quadrimestre de 2020, com um decréscimo dos repasses nos exercícios de 2013 a 2015 seguidos por recuperação nos exercícios 2017 e 2018 e posteriores quedas em 2019 e 2020, gerada a princípio , esta última, pela diminuição da produção do setor, e é esperado para os próximos meses mais quedas em virtude de uma maior diminuição da produção no setor e a queda no preço do barril de petróleo a partir do mês de fevereiro.

ANEXO III – ROYALTIES



ANEXO III – ROYALTIES

Arrecadação Royalties X Arrecadação Total





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE FAZENDA

Com estes dados, disponibilizados à população no site <http://www.riodasostras.rj.gov.br>, e com a realização da Audiência Pública, o Município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 29 de maio de 2020.

Júlio César dos Santos Marins
Secretário Municipal de Fazenda